

Plenário aprova duas MPs e vota salário mínimo hoje

■ Senadores acolhem, com modificações, proposta de rolagem das dívidas de produtores agrícolas. Também foram autorizados créditos extraordinários para três ministérios



Fotos: Roosevelt Pinheiro

ENTENDIMENTO. Debate e muita negociação marcaram a votação de medidas provisórias no Plenário do Senado

Projeto de conversão da medida provisória que prevê a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores foi aprovado ontem pelo Senado. A matéria so-

freu alterações e deve voltar à Câmara. Também foi aprovada MP que abre crédito extraordinário para ministérios, enquanto a que fixa o salário mínimo será votada hoje.

Página 3



CUT apresenta proposta para mudar Previdência

Dirigentes da Central Única dos Trabalhadores entregaram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, a proposta da entidade para a reforma da Previdência. Eles querem diálogo com o Legislativo sobre o assunto.

Página 5



RECONSTRUÇÃO. Sarney destaca "trabalho heróico" de Rafik Hariri

José Cruz

Dirigente do Líbano visita Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em visita oficial, o presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri.

Página 8



Roosevelt Pinheiro

DINAMISMO. Evento em Bom Jesus (PI) deve movimentar R\$ 10 milhões, diz Heráclito Fortes

Heráclito destaca feira de agronegócios

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) congratulou-se com os organizadores da 2ª Feira de Agronegócios Exposul 2003, que começa hoje no município piauiense de Bom Jesus, localizado a 600 quilômetros de Teresina. O evento deve dobrar o volume de negócios em relação ao ano passado, chegando a valores em torno de R\$ 10 milhões, informou o senador.

A feira é destinada a produtores, indústrias de implementos, insumos e fertilizantes, esmagadoras de grãos, financiadoras, empresas de planejamento, consultoria e logística. O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste irão oferecer linhas de crédito especiais para os participantes, o que, na avaliação do senador, deve dinamizar os negócios.

Heráclito Fortes disse que foram vendidos todos os estandes, obrigando a ampliação da área para 100 mil metros quadrados no Colégio Agrícola Bom Jesus, ligado à Universidade Federal do Piauí, que também abrigará serviços bancários, comércio, restaurantes e as tradicionais festas.

Agenda

Plenário realiza duas sessões e pode liberar a pauta

Os senadores se reúnem, em Plenário, hoje, para duas sessões deliberativas. Às 12h, em reunião extraordinária, devem ser votados três projetos de conversão que trancam a pauta: o que trata do valor do salário mínimo; o que dispõe sobre benefícios a agricultores que sofreram com estiagem; e aquele que estabelece restrição à propaganda de cigarro e bebida. Às 14h30, em sessão ordinária, pode ser votada a indicação de Tomas Maurício Guggenheim para a embaixada junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.



Poder Legislativo faz 180 anos

Para comemorar os 180 anos do Parlamento brasileiro, será realizada hoje sessão solene do Congresso Nacional, no Plenário do Senado Federal. O evento, previsto para as 11h, contará com apresentação do Coral do Senado.

Sarney preside sessão solene e recebe embaixadores

O presidente do Senado, José Sarney, concede audiência, às 9h45, ao embaixador Marcelo Jardim. Às 11h, preside a sessão solene comemorativa

dos 180 anos do Poder Legislativo; às 12h, recebe o embaixador João Augusto de Medicis, secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. À

tarde, às 15h, Sarney terá audiência com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, e o secretário-geral da Presidência, Luis Dulci.

Comissão discute atendimento odontológico pelo SUS

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela senadora Lúcia Vânia, se reúne às 10h para analisar diversos projetos, incluindo o que trata da obrigatoriedade do atendimento



odontológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico e o que cria a profissão de agente comunitário de saúde.

Convidados debatem crise na aviação civil

Para discutir a situação da aviação comercial brasileira, a Subcomissão de Turismo realiza audiência pública, a partir das 10h. Devem comparecer o chefe do Departamento de Aviação Civil, do Ministério da Defesa, os presidentes das principais companhias aéreas – Vasp, Gol, Varig e Tam –, os presidentes da Associação Brasileira de Agências de Viagens e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias.



Relatórios do TCU em exame

A Comissão Mista de Orçamento começa os trabalhos de hoje às 10h, para analisar atas de reuniões anteriores e apreciar relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU). Às 11h30, tem início a reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, que também deve votar avisos do TCU referentes a auditorias realizadas.

Acordo gera audiência

A indicação de Antonio Paes de Andrade para embaixador em Portugal será discutida na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Também deve ser votado requerimento de audiência com os ministros da Ciência e Tecnologia, da Defesa, e das Relações Exteriores, para debater acordo entre Brasil e EUA.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Célio Azevedo

CRISE. Porto que escoava 95% da produção está deteriorado, alerta Fernando Bezerra

Bezerra: país corre risco de importar sal

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) informou que está completamente paralisado e praticamente paralisado o Terminal Salineiro de Areia Branca, no Rio Grande do Norte. O porto escoava a produção de sal do estado, que corresponde a 95% da produção brasileira.

– O Ministério do Trabalho chegou a interditar o porto, devido às inexistentes condições de segurança do trabalho. Mas concordou em adiar a interdição para que não seja paralisado o escoamento do sal, o que teria graves conseqüências para o Rio Grande do Norte – disse o senador.

Bezerra afirmou que compareceria com os outros senadores do estado, José Agripino (PFL) e Garibaldi Alves Filho (PMDB), a uma audiência, ontem, com o ministro dos Transportes, Anderson Adauto. Eles iriam exigir obras no porto.

– Se nada for feito, o porto será mesmo interditado e o Brasil terá que importar sal, o que é gravíssimo, dada a extensão do nosso litoral. Além disso, virá o desemprego, e a economia do estado, já frágil, sofrerá duro golpe – alertou.

Petróleo

Fernando Bezerra informou também que os governadores dos estados produtores de petróleo reuniram-se ontem, no Rio de Janeiro, para definir estratégia para obter a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos estados de origem.

– É um absurdo que o ICMS seja cobrado no estado produtor, exceto o que incide sobre energia, principalmente petróleo – constatou. O senador quer votação imediata da proposta de emenda à Constituição que estabelece a cobrança do ICMS sobre o petróleo nos estados produtores.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

MPs APROVADAS

Senado amplia descontos para pequeno agricultor

■ Redução de valor, juros mais baixos e maior prazo de pagamento beneficiam 825 mil produtores no país

Os pequenos agricultores que tomaram empréstimos bancários poderão renegociar suas dívidas com descontos, juros mais baixos e maior prazo para pagamento. O Senado aprovou ontem, por 59 votos a favor e um contra, projeto de conversão da Medida Provisória 114/2003, que fixa as condições da renegociação. Cerca de 825 mil pequenos produtores de todo o país serão beneficiados com o prazo de dois anos de carência e o pagamento em dez anos, com juros que vão de 3% a 4% ao ano.

A MP vinha trancando a pauta de votações do Senado havia quase dez dias. Por lei, quando o prazo de validade de uma medida provisória editada pelo presidente da República se aproxima do final, ela tem total prioridade de votação no Congresso, impedindo a votação de outras matérias. Como o Senado fez mudanças na MP, ela terá de ser submetida a nova votação na Câmara, onde já tinha sido aprovada.

– Este é o melhor acordo que pequenos agricultores tiveram



ACORDO. Ideli Salvatti acatou emenda que beneficia produtores do semi-árido

até hoje – disse o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

As mudanças foram resultado de vários dias de negociação entre os líderes. Ficou decidido que poderão ser renegociadas dívidas de até R\$ 35 mil, mas os maiores descontos serão dados para os primeiros R\$ 15 mil. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o líder do PFL, José Agripino (RN), queriam que os empréstimos de até R\$ 35 mil tivessem descontos de até 70% na renegociação, mas o governo não aceitou.

Aloizio Mercadante ocupou a tribuna e defendeu com veemência os pontos com os quais o governo havia concordado.

Heloísa Helena e José Agripino tentaram retirar uma frase do projeto de conversão, mas foram derrotados no voto – votaram contra o governo, nessa emenda, o PFL, o PL, alguns senadores do PSDB e a senadora Heloísa Helena.

Foi aprovada emenda da relatora do projeto, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), fruto do acordo partidário com o governo, que prevê o desconto de 70% apenas para financiamentos de até R\$ 15 mil tomados por produtores do semi-árido, desde que a origem do dinheiro seja o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A parcela entre R\$ 15 mil e R\$ 35 mil dos mesmos agricultores do semi-árido terá desconto de 50%, se se tratar de dinheiro oriundo do FAT ou do Fundo Constitucional do Nordeste.

Para os pequenos agricultores de outras regiões do país, o desconto só será aplicado aos primeiros R\$ 15 mil do saldo devedor e ficará limitado a 20%. Entretanto, se o dinheiro emprestado tiver saído de um dos fundos constitucionais (do Norte, do Nordeste ou do Centro-Oeste), o desconto será ampliado para 30%.

Os grandes beneficiados pelo projeto são os assentados da reforma agrária. Eles terão descontos de até 90% se quiserem pagar a dívida de uma vez.

Crédito extraordinário contra incêndio

O Plenário aprovou ontem medida provisória (MP) que abre crédito extraordinário de R\$ 12 milhões para os Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e da Defesa. A MP, em vigor desde 2 de abril, permitiu o financiamento de ações emergenciais de combate a incêndios florestais em Roraima, que atingiu assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de terras indígenas.

– Calamidades desse tipo exigem a célere e efetiva ação do poder público, de modo a se minimizarem os prejuízos socioeconômicos e ambientais. Sabe-se que nesses casos as esferas estadual e municipal

mostram-se muitas vezes incapazes de disponibilizar as providências imprescindíveis para se debelar os focos de incêndio, sendo de todo recomendável o auxílio da esfera federal – afirmou o relator da MP, Sibá Machado (PT-AC).

Favorável à medida, o líder da oposição, Efraim Morais (PFL-PB), lamentou, no entanto, que "o mesmo governo que libera recursos para o meio ambiente autoriza a importação de pneus usados". Efraim também criticou o contingenciamento de recursos destinados aos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também se manifestou a favor da MP. Ele



AÇÃO RÁPIDA. Sibá Machado, relator da MP, defende medidas contra incêndio em Roraima

disse que é imprescindível a liberação de recursos orçamentários para as Forças Armadas.

Senado vota MP que fixa valor do mínimo

O Senado vota hoje, em sessão extraordinária, ao meio-dia, o projeto de conversão da medida provisória que fixou o salário mínimo, a partir do dia 1º de abril, em R\$ 240. O projeto, resultado de acordo na Câmara dos Deputados, transfere também a data de pagamento das aposentadorias e pensões para até o quinto dia útil de cada mês – hoje, o pagamento é feito no dia 10. O reajuste anual do salário mínimo será também anunciado no dia 1º de maio.

O relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), é favorável ao projeto de conversão. "Ficou patente que R\$ 240 é o limite possível, permitido pela cautela a que se vê obrigada a equipe econômica", disse Saturnino. Ele lembrou que o candidato derrotado no segundo turno das eleições presidenciais, o ex-senador José Serra, havia prometido R\$ 220 no último debate televisivo, enquanto o adversário vencedor, Luiz Inácio Lula da Silva, prometia R\$ 210.

A pedido do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), a



CAUTELA. Em parecer favorável, Saturnino considera R\$ 240 o "limite possível"

votação do salário mínimo foi transferida para o meio-dia de hoje. A proposta foi acatada pelos líderes e pelo presidente em exercício, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), diante do argumento de que seria preciso o Plenário completo para o debate do tema.

O líder do PSDB, Artur Virgílio (AM), anunciou que seu partido irá votar emenda que fixe o mínimo em R\$ 252, enquanto o líder do PFL, José Agripino (RN), informou que seu partido tem emenda fixando o mínimo em R\$ 260.

Governo garante avanços para próximo ano, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que lutou até o fim para fixar o novo mínimo em um valor equivalente a US\$ 100. Não conseguiu, mas recebeu a garantia do presidente da República e da equipe econômica de que três grandes avanços serão implantados a partir do ano que vem: o primeiro é a fixação da data dos aumentos anuais do salário mínimo em 1º de maio. O segundo é que os reajustes do mínimo, das aposentadorias e das pensões serão calculados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor pleno e mais um percentual equivalente ao crescimento do Produto Interno Bruto. O terceiro avanço é que as pensões e aposentadorias serão pagas até o quinto dia útil de cada mês – hoje, o pagamento sai no dia 10.

Apesar de a votação ter sido adiada para o meio-dia de hoje, o projeto de resolução que fixa o salário mínimo em R\$ 240 foi debatido durante quase quatro horas na noite de ontem. Paim, que desde 1991, como deputado federal, defende um mínimo

equivalente a US\$ 100, fez um histórico de sua luta e das vitórias conseguidas nos vários momentos em que o valor do salário ultrapassou essa meta.

Críticas

Os líderes do PSDB e do PFL, Arthur Virgílio (AM) e José Agripino (RN), pediram ao Plenário apoio para um reajuste maior, garantindo que têm propostas realistas – R\$ 252 do PSDB e R\$ 260 do PFL.

– Como governador de meu estado por dois mandatos, sempre concedi o máximo possível de reajuste, com prioridade para os vencimentos mais baixos. Garanto, portanto, que a nossa proposta é factível, é responsável, é mais do que possível – afirmou Agripino.

Arthur Virgílio assinalou que a proposta do governo "cheira a mesquinha", e que "nunca mais o PT fará a oposição irresponsável, do apito, do berro, das agressões, que fez ao último governo". O líder do governo, Aloizio Mercadante, disse que o valor de R\$ 240 é resultado de acordo feito há oito meses entre todos os partidos.



Célio Azevedo

DEBATE. Subcomissão do Senado busca subsídios para votar projeto de Roberto Saturnino

TV não quer financiar o cinema independente

Representantes dos empresários e das atividades cinematográficas mostram divergência

Mais uma vez os representantes dos empresários da área de televisão aberta e das atividades cinematográficas divergiram sobre a possibilidade de a televisão contribuir para o financiamento do audiovisual. A discordância se deu na audiência pública realizada ontem pela Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, na qual foi debatido o projeto do senador Roberto Saturnino

(PT-RJ) que prevê a aplicação de 2% da receita bruta das televisões na produção audiovisual independente.

Os empresários do setor foram contrários à proposição. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) observou que não foi possível regulamentar a questão porque os empresários apresentaram obstáculos.

Para o presidente da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Machado de Carvalho, o projeto se equivoca ao reivindicar o comprometimento financeiro das emissoras de radiodifusão com o aumento da produção fílmica nacional.

O secretário do Audiovisual

do Ministério da Cultura, o cineasta Orlando Senna, defendeu o projeto de Saturnino.

Já Antonio de Carvalho, presidente da União TV (que congrega as redes SBT e Bandeirantes), criticou a proposta. A atriz Lucélia Santos disse que a televisão deve preocupar-se em informar e contribuir para a formação cultural.

Roberto Saturnino esclareceu que sua proposta teve o cuidado de não instituir nenhum imposto nem taxa.

O presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Gustavo Dahl, esclareceu que o Ministério da Cultura busca um modelo com o qual o cinema possa se auto-sustentar.

Senadores analisam a reparação de mineradora

Na próxima semana, a Subcomissão Temporária de Extração Mineral deverá buscar, junto a representantes do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e da Secretaria Nacional de Mineração, do Ministério de Minas e Energia, subsídios para possíveis mudanças na legislação do setor. Requerimento nesse sentido, apresentado pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), foi aprovado na reunião de ontem.

Segundo Ana Júlia, que é presidente da subcomissão, o objetivo da audiência é esclarecer as dúvidas dos senadores em relação à legislação. Ela afirmou que há discordância entre

as empresas e os municípios sobre os valores que devem ser pagos pelas mineradoras como forma de compensação financeira pela exploração de minérios. Essa desavença, observou, geralmente acaba na Justiça.

A subcomissão aprovou relatório referente a visita feita pelos senadores a Canaã dos Carajás e ao projeto de extração de minério em Parauapebas, no Pará. Segundo a senadora, a viagem permitiu aos senadores ver no local os problemas enfrentados pela população.

A conclusão dos senadores depois da visita, informou a presidente da subcomissão, é pela necessidade de ajustar a



Célio Azevedo

RELATÓRIO. Ana Júlia Carepa considera positiva a visita de senadores a Canaã dos Carajás

legislação em pontos em que há discordância. Essa é também uma das principais reivindicações das populações locais, ao lado da participação da sociedade na definição de como esses recursos serão aplicados.

Efraim teme que BC não reduza a taxa de juros

O Banco Central (BC) quer existir e decidir à revelia da sociedade, como se fosse uma instância superior, afirmou ontem Efraim Morais (PFL-PB). O senador chamou atenção para a possibilidade de que o BC, para dar a impressão de ser instituição imune a pressões políticas, não decida pela queda de juros, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na próxima semana. Segundo o líder da oposição, foi o que aconteceu no mês passado.

A imprensa informou amplamente que um dos fatores fundamentais para que a taxa de juros não baixasse foi exatamente a pressão política sobre o Banco Central. Dizia-se que se cedesse às pressões pareceria, diante do mercado e da comunidade financeira internacional, um organismo frágil, ainda que as condições macroeconômicas já fossem favoráveis à queda dos juros – disse o senador.

Efraim acusou o Banco Central de ter imposto sofrimento desnecessário à população com essa postura.

O país foi penalizado com mais um mês de juros estratosféricos simplesmente para não abalar a imagem de independência do Banco Central – protestou.

O senador comentou as declarações do ministro do Planejamento, Guido Mantega, contra os altos juros e de que há condições para que as taxas



Roosevelt Pinheiro

À REVELIA. Para Efraim Morais, Banco Central age como se fosse uma instância superior

caíam. Efraim Morais disse temer que as declarações do ministro sejam interpretadas como pressão política, "o que poderia resultar em mais um mês sem que a Selic [taxa básica de juros do BC] caia".

Em aparte, o líder do PFL, Agripino Maia (RN), comentou que os empresários já alertam para o desestímulo à atividade econômica, expresso pelas altas taxas de juros. O mesmo posicionamento foi manifestado pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), que advertiu para o risco que corre o país, a se manterem as atuais taxas.

Efraim pediu o apoio da bancada do PT no Congresso à defesa da garantia dos direitos dos servidores públicos, ante a proposta de reforma da Previdência. Ele lembrou que o PT sempre se posicionou veementemente contra a cobrança de 11% dos aposentados.

Porto salineiro reclama verbas, diz Garibaldi

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) anunciou que participaria ontem de audiência com o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, com o objetivo de solicitar a liberação de R\$ 16 milhões para a recuperação do Terminal Salineiro de Areia Branca. Ele explicou que é por esse terminal que se escoam quase toda a produção de sal do Rio Grande do Norte, que equivale a 95% da produção nacional.

Também participariam da audiência os demais senadores pelo Rio Grande do Norte: José Agripino (PFL) e Fernando Bezerra (PTB).

O terminal, acrescentou Ga-



José Cruz

IMPORTÂNCIA. Garibaldi lembra que terminal de Areia Branca escoam produção de sal

ribaldi Alves Filho, funciona 24 horas por dia desde sua inauguração, em 1974, com crescimento constante de carga, que triplicou nos últimos 15 anos. As verbas de manutenção, no entanto, "caminharam em sentido inverso".

Cartilha vai divulgar legislação participativa

A Comissão de Legislação Participativa apresentará, na próxima semana, cartilha de esclarecimento à sociedade sobre a sua forma de atuação. O senador Magno Malta (PL-ES), presidente da comissão, adiantou ontem que o lançamen-

to da publicação será o primeiro passo de uma grande campanha para divulgar o colegiado, que analisa sugestões de leis enviadas por entidades.

– Graças à participação popular, esta ainda será uma das comissões mais importantes

do Senado – disse Malta.

Por falta de informação sobre os trâmites do processo legislativo, os senadores da comissão votaram pelo arquivamento dos cinco itens da pauta. Apesar de concordarem com o mérito das sugestões, não puderam acatá-las por vícios de

processo. Pediram melhor divulgação da forma de trabalho da comissão, com o objetivo de alcançar maior aproveitamento dos trabalhos, os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT), Efraim Moraes (PFL-PB) e Sibá Machado (PT-AC), além do próprio Magno Malta.



Célio Azevedo

CAMPANHA. Magno Malta diz que cartilha é primeira etapa da divulgação dos trabalhos



Roosevelt Pinheiro

PERDA. Pavan aponta servidor público como principal atingido pela proposta do governo

Serviço público pode piorar, adverte Pavan

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse ontem que a proposta de reforma da Previdência já apresentou um perdedor: o servidor público. Ele acrescentou que a diminuição das expectativas de direito do funcionalismo acarretará prejuízo para a própria qualidade do serviço público.

– O servidor público inativo vem sendo demonizado pelas falas das autoridades, repetidas sem maiores cuidados pela imprensa. Seus direitos, conquistados após anos de trabalho, passaram a ser rotulados como privilégios – frisou.

Na avaliação do senador, alegar que as receitas dos regimes próprios do funcionalismo não são compatíveis com as despesas mascara o fato de o número de funcionários ativos ter diminuído nos últimos tempos, por decisão dos próprios governos. Pavan também citou outras peculiaridades do servidor público, como não poder acumular cargos ou benefícios previdenciários. Em vez de cobrar a contribuição dos inativos, observou, o governo deveria corrigir as distorções do sistema e fiscalizar os devedores.

Manifestaram-se contrariamente a pontos da reforma da Previdência, em apartes ao discurso de Pavan, os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Efraim Moraes (PFL-PB).

CUT entrega ao Senado proposta para Previdência

■ Presidente da entidade, Luiz Marinho, diz que a proposta do governo não serve aos trabalhadores

Ao lado dos senadores petistas Paulo Paim (RS), Ideli Salvatti (SC) e Fátima Cleide (RO), o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, seu antecessor no cargo, João Felício, e a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Jussara Vieira.

No encontro, Luiz Marinho entregou a Sarney documento produzido no último congresso da CUT com propostas para mudança no projeto de reforma da Previdência apresentado pelo governo. Depois de lembrar que, quando presidente da República, legalizou as assembleias sindicais, Sarney afirmou que a reforma que o Legislativo fará não será a refor-



Gerardo Magalo

DIÁLOGO. Marinho pede a Sarney negociação sobre reforma

ma ideal, mas a possível.

Tendo se encontrado ainda com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, Luiz Marinho disse que reivindicou das duas autoridades a instalação de uma comissão que funcione como mesa de negociação permanente para discutir a reforma da Previdência. Instalada essa comissão, a CUT e as entidades representativas dos trabalhadores buscariam manter diálogo permanente com o

Legislativo a fim de influenciar no formato final do projeto.

– O que não aceitamos, de forma alguma, é que a reforma do governo continue como está. Ela é prejudicial aos interesses dos trabalhadores e nós queremos dialogar, a partir da nossa pauta de reivindicações e da oferta do governo, para buscar atender os interesses dos trabalhadores de todo o país, sejam do serviço público ou do privado – disse Marinho.

Agripino solidário com manifestantes

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), manifestou solidariedade à marcha dos 20 mil trabalhadores e servidores públicos que se realizou ontem em Brasília contra a reforma da Previdência, o aumento de impostos e outras medidas do governo Lula.

Agripino afirmou ter certeza de que entre os manifestantes havia muitos desencantados que votaram em Lula na esperança de ver o salário mínimo dobrado em quatro anos, servidores públicos recebendo reajustes justos, impostos e juros sendo baixados para dinamizar a economia e gerar os prometidos 10 milhões de empregos.



Roosevelt Pinheiro

COERÊNCIA. Agripino compara manutenção das posições do PFL com divergências no PT

– Nem é preciso lembrar que os juros não baixaram, os servidores tiveram 1% de reajuste, e o salário mínimo, ínfimos

11% de aumento. Os novos empregos continuam na promessa e os profissionais liberais e autônomos foram penalizados com um gigantesco aumento em seu imposto – observou.

Agripino disse que, nas bancadas do PT, deputados e senadores estão se dividindo entre manter coerência com o passado e manifestar fidelidade aos novos rumos preconizados pelo governo. Garantiu, porém, que, no PFL, todos permanecerão coerentes com as idéias que sempre defenderam, inclusive no apoio às reformas previdenciária e tributária, mas nos moldes em que vinham sendo debatidas no governo passado.



Jone de Araújo

PRESSÃO. Na opinião de Paim, a sociedade tem que se manifestar sobre reformas

Paim considera positivo saldo da manifestação

“Se os tambores não rufarem lá fora, não se ouve aqui dentro”, afirmou ontem o senador Paulo Paim (PT-RS), ao comentar a manifestação de servidores públicos que, diante do Congresso, protestaram contra o projeto governamental de reforma da Previdência.

– As vaías mostram o descontentamento da base com a reforma. Eu acho que a base está correta, ela tem que se manifestar. Esta Casa funciona de acordo com a mobilização, com a pressão – declarou o vice-presidente do Senado, pouco depois de o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, ser recebido pelo presidente do Senado, José Sarney.

Tendo participado desse encontro, Paim considerou o saldo da manifestação “superpositivo”. Para ele, foi uma marcha pacífica e tranqüila.

O senador explicou que os trabalhadores não são contrários à reforma da Previdência, mas contra os termos em que está colocada.

– Eles querem alterar o texto original e há espaço para isso – afirmou.

Paim manifestou-se ainda feliz por entender que foi o PT que trouxe a mobilização para Brasília e estabeleceu, dentro do Legislativo, um processo de negociação.



COMPETÊNCIA. Projeto de César Borges permite ação militar contra o crime organizado

Subcomissão quer o uso das Forças Armadas

Vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Subcomissão Permanente de Segurança Pública assumiu, ontem, a defesa do ingresso das Forças Armadas nas ações de combate ao narcotráfico no país. A estratégia passaria pela preparação de destacamentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para atuar no controle e na fiscalização de fronteiras secas, portos e aeroportos, em conjunto com a Polícia Federal. O foco dessa atuação seria a interceptação de entorpecentes e armamentos contrabandeados.

Relator da subcomissão sobre o tráfico de armas, o senador César Borges (PFL-BA) já apresentou projeto de lei complementar conferindo competência às Forças Armadas para atuar na repressão ao crime organizado.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que clama “por um novo papel para as Forças Armadas” desde 1999, enquanto Magno Malta (PL-ES) afirmou que o “momento de exceção”, com o avanço do crime organizado no país, justificaria a intercessão das três Armas.

Já Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Edison Lobão (PFL-MA), presidente da CCJ, defenderam uma ação rigorosa contra a venda de armas. Pedro Simon (PMDB-RS) considera necessária a intervenção das Forças Armadas por entender que o Brasil está às vésperas de uma guerra civil. O presidente da subcomissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), mostrou-se preocupado diante de denúncia do delegado da Polícia Federal José Milton Rodrigues de que 80% das armas contrabandeadas para o Brasil entram pela fronteira com o Paraguai e a Argentina.

Valadares quer garantir a ressocialização do preso

Voto em separado de sua iniciativa suprime emenda que impõe regime mais duro para presos perigosos

Voto em separado do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), apresentado ao projeto que cria o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), propõe a supressão de algumas das 18 emendas sugeridas pelo relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), inclusive a que institui o Regime Disciplinar de Segurança Máxima (RDSM), muito mais severo. Valadares também quer suprimir o interrogatório por videoconferência e o julgamento à revelia. As duas propostas serão votadas na próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Para Antonio Carlos Valadares, cabe ao poder público conciliar, o máximo possível, a ordem e a segurança com a ressocialização dos presos. No caso da proposta de Jereissati, Valadares acredita que há “prevalência absoluta” do princípio da ordem e segurança em detrimento da ressocialização. O RDD seria imposto aos condenados por crimes graves, considerados de alto risco.



INCONSTITUCIONAL. Valadares afirma que regime proposto prejudica a recuperação

– O ponto de partida para uma política penitenciária justa e eficiente é o de que a prisão, além de uma natureza afliativa, deve ser a base da restauração pessoal para quem nela vive, ainda dispendo de um futuro – justifica Valadares, para quem o RDSM é inconstitucional por violar a possibilidade de preservação de higidez mental do preso.

Quebra de laços

Mesmo após a leitura do voto em separado de Valadares, Jereissati manteve a sua proposta de criação do RDSM. “O objetivo desse regime é romper laços e contatos das organiza-

ções criminosas com os presos”, explicou Jereissati, que acatou duas das sugestões apresentadas pelo senador sergipano, por considerar que melhoram a redação do projeto original, de autoria do governo federal e já aprovado pela Câmara dos Deputados.

Valadares sustentou que a videoconferência deveria ser usada excepcionalmente. Para ele, o comparecimento do acusado em juízo deve ser mantido como regra, e só quando houver razões que impeçam a ida do preso ao tribunal o interrogatório seria feito na penitenciária. O senador sergipano admite a videoconferência apenas depois que se esgotarem essas possibilidades. Ele também apontou inconstitucionalidades no julgamento, à revelia, de acusado por crime de reclusão.

Em seu relatório alternativo, Valadares expressa posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, por meio da Pastoral Carcerária, afirma que os mecanismos legais devem “conciliar a severidade dos novos preceitos com a garantia de que os presos, sob tal medida excepcional, ainda teriam a possibilidade de recuperar-se, salvaguardados os direitos básicos de integridade física e moral”.

Projeto altera julgamento de policial militar

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) altera o julgamento de crimes praticados por policiais militares. Conforme a proposta do então senador Arlindo Porto, acolhida com substitutivo do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), continuarão submetidos ao tribunal do júri os crimes dolosos contra civis, praticados em serviço, ficando os demais na competência de foro especial militar.

Crivella analisou três projetos similares, rejeitando dois e acatando o de Arlindo Porto, que, a seu ver, “atende às necessidades da Justiça e da operacionalidade da força policial”.

Ele explicou que, “ao manter o foro especial no caso de cometimento do delito de lesão corporal, que é uma consequência natural do uso da violência legal que a polícia, como integrante do Estado, deve e pode ter de aplicar”, o projeto não inibe a ação do policial quando o uso da força se mostrar necessário.

A legislação atual determina que não cabe foro especial militar para os crimes de homicídio e lesão corporal quando forem praticados contra civis por militares estaduais no exercício da função de policiamento, detalhou Crivella, explicando que a proposta restabelece o foro especial para os dois casos.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apoiou a proposição, afirmando que ela fortalece a responsabilidade da cadeia de comando e ao mesmo tempo mantém foro apropriado e útil para que as Forças Armadas atuem na segurança pública.

Também defenderam o projeto os senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Magno Malta (PL-ES) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



RIGOR NECESSÁRIO. Para Marcelo Crivella, proposta não inibe a ação do agente

▼ Diferença entre os dois regimes em exame

O projeto de lei do governo federal que institui o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) para tratar com maior rigor presos considerados perigosos já tem a aprovação da Câmara dos Deputados. No Senado, a proposta foi analisada pela Subcomissão Permanente de Segurança Pública, onde o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tasso Jereissati, incluiu emenda que cria a possibilidade de tratamento mais severo dos presos que o previsto no RDD: o Regime Disciplinar de Segurança Máxima (RDSM).

Regime Disciplinar Diferenciado*	Regime Disciplinar de Segurança Máxima**
<ul style="list-style-type: none"> Atinge o preso provisório que cometa crime doloso ou promova a subversão da ordem ou da disciplina interna do estabelecimento penitenciário; o preso ou condenado que apresente alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade; ou o preso provisório ou condenado sobre o qual recaiam suspeitas fundadas de envolvimento ou participação em organização criminosa Duração máxima de 360 dias, que podem ser prorrogados até o limite de um sexto da pena aplicada Recolhimento em cela individual Visitas semanais de duas pessoas, sem contar crianças, com duração de duas horas Banho de sol de até duas horas por dia 	<ul style="list-style-type: none"> Atinge o preso provisório ou condenado sobre o qual recaiam indícios fundados de envolvimento com organização criminosa Duração máxima de 720 dias, prorrogável Recolhimento em cela individual Visitas mensais limitadas a, no máximo, dois familiares, separados por vidro e com comunicação via interfone, com filmagem e gravação Banho de sol de até duas horas por dia Proibição de entrega de alimentos ou bebidas Proibição de telefone e aparelhos de som, televisão e rádio Proibição de comunicação com outros presos e com agentes penitenciários durante banhos de sol Monitoramento completo do preso Contatos mensais com advogados Prisão em estabelecimento penal localizado em estados distantes do local de influência da respectiva organização criminosa

* De acordo com o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2003

** De acordo com o relatório do senador Tasso Jereissati apresentado à CCJ.

Multa para fornecedor que atrasa entrega

Os fornecedores de bens que descumprirem os prazos de entrega de mercadorias poderão ser punidos com multa rescisória de no mínimo 10% sobre o valor do contrato e por perdas e danos. A punição está prevista em projeto da Câmara

que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a proposta servirá como mais um instrumento de defesa do consumidor

contra fornecedores de produtos ou serviços, já que a multa fixa, antecipadamente, o valor presumido dos prejuízos sofridos em consequência do inadimplemento da obrigação.

A CCJ também aprovou parecer favorável a projeto do Executivo que autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira, no valor de R\$ 52 mil, por ter sido submetido à condição de escravo e haver sofrido lesões corporais, na fazenda Espírito Santo, localizada no sul do Pará, em 1989.

Na exposição de motivos, o secretário Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, diz que a indenização se coaduna com compromisso de estreitar a cooperação com os órgãos de supervisão do cumprimento das obrigações decorrentes da adesão do Brasil aos tratados dos direitos humanos.



Garibaldi: reforço à defesa do consumidor



FISCALIZAÇÃO. CCJ acolhe possibilidade de convocação de dirigentes das agências reguladoras

Comissão aprova maior controle sobre agências

Proposta prevê convocação de diretores e obrigatoriedade de prestar informações

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram, em reunião realizada ontem, parecer favorável do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) à proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que permite a convocação de todo titular de cargo no Executivo que seja detentor de mandato e cuja escolha dependa da aprovação prévia do Senado.

A medida permitirá, se definitivamente aprovada, a convocação de diretores das agên-

cias reguladoras federais pelo Congresso Nacional, bem como o encaminhamento de requerimento de informações a essas autoridades. Hoje, o texto constitucional prevê tal obrigatoriedade apenas aos ministros e aos titulares dos órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O relator da matéria – que será examinada em dois turnos pelo Plenário – concordou com os argumentos do autor, observando que a existência de uma nova realidade institucional representada pelas agências reguladoras, que são dotadas de um grau acentuado de autonomia funcional e de *status* especial dos seus dirigentes, impõe ao Congresso também a formulação de novos mecanismos que possibilitem o controle adequado desses organismos.

Outro motivo citado por Antonio Carlos em seu voto diz respeito ao fato de o Legislativo não dispor de mecanismos de acompanhamento e avaliação das normas produzidas por essas agências.

– O caráter especialíssimo e os impactos socioeconômicos da normatização dessas agências apresentam tal ineditismo e relevância que, a nosso ver, justificam plenamente a preocupação expressa no que tange à necessidade de institucionalizar mecanismos e instrumentos que permitam maior fiscalização e controle do Legislativo – observou o relator.

O parecer de Antonio Carlos rejeita outra PEC em tramitação, do ex-senador Lúcio Alcântara, com a mesma intenção, e destaca a amplitude da emenda acolhida.

Registro de marca pode ter mais proteção

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável, na forma de substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO), a projeto de lei da Câmara dos Deputados que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. A principal novidade da proposta é o aumento da pena de reclusão, que passa a ser de dois a quatro anos para quem cometer crimes contra registro de marca.

Segundo o relator, o projeto, que vai agora à apreciação do Plenário, contribuirá em muito para o desenvolvimento do setor industrial e coibirá a prática de atos ilícitos.

Radioisótopo
Presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), a CCJ também aprovou parecer favorável a proposta de emenda constitucional de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que autoriza a comercialização de radioisótopos para usos médicos, agrícolas e industriais. Atualmente, a Constituição veda a comercialização do produto, em função do monopólio estatal.

A proposta objetiva ampliar o acesso dos serviços de medicina aos radioisótopos de meia-vida curta (2 a 120 minutos), usados como marcadores em exame de imagem, como a tomografia, por emissão de pósitrons e de fótons simples.



Demostenes apresentou substitutivo

Emenda dá a estados atribuição de criar municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem relatório favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que transfere aos estados a competência legislativa para criar, incorporar, fundir ou desmembrar municípios. A competência hoje é federal, o que, na opinião do relator, fere o pacto federativo.

Segundo João Alberto, a PEC foi referendada pela solicitação de 15 assembleias legislativas e represen-

ta um antigo pleito dos estados, tendo sido, inclusive, objeto de emenda popular apresentada em 1988, ano de aprovação da Constituição. Ele lembrou que, à época, houve mobilização dos estados contrários à centralização do poder e ao desrespeito ao pacto federativo.

– Podemos observar que o texto respeita as particularidades e a realidade de cada estado, fortalece e valoriza o trabalho dos parlamentares estaduais e volta para eles o direito natural de gerir as leis de criação de novos municípios – destacou

João Alberto.

A emenda estabelece que a disciplina constitucional para os procedimentos de criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios terá como meta a preservação e continuidade da unidade histórico-cultural do ambiente urbano e será pautada por lei estadual, aprovada até 12 meses antes das eleições municipais. Ainda está prevista a realização de plebiscito junto à população atingida. A PEC depende de apreciação em Plenário e posterior análise da Câmara.

Autonomia do DF

Foi aprovado também requerimento de Jefferson Péres (PDT-AM) que pede a inclusão de um representante do governo de Minas Gerais na audiência pública que a CCJ irá realizar sobre a autonomia do Distrito Federal. A reunião, ainda sem data, servirá para instruir a PEC do ex-senador Francisco Escórcio que muda a organização político-administrativa do país, criando o estado do Planalto e retornando a administração de Brasília ao governo federal.



FEDERAÇÃO. Para Zambiasi, estados devem legislar sobre criação de municípios

Mercadante: visita de Kirchner fortalece integração

Ao registrar a visita ao Brasil do presidente recém-eleito da Argentina, Néstor Kirchner, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) destacou a importância, para a América do Sul, da relação estratégica que está sendo construída entre o Brasil e a Argentina. Mercadante participou de almoço oferecido a Kirchner pelo presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva, junto com o presidente do Senado, José Sarney.

No entendimento do senador, a união dos dois países e a consolidação do Mercosul deverão fortalecer a capacidade de negociação para implantar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e nos assuntos referentes à Organização Mundial

do Comércio (OMC).

– A vitória de Kirchner na Argentina permitiu consolidar essa estratégia. Estamos oferecendo uma negociação bilateral Mercosul/Estados Unidos, o que ampliará nossa atuação e a defesa dos interesses dos povos do continente – afirmou o senador.

Mercadante defendeu a intensifi-

cação dos entendimentos para que possa haver integração institucional, cultural, científica, tecnológica e social na região.

O senador também destacou a saudação feita por Lula a José Sarney, durante o almoço. O presidente lembrou que foi na gestão de Sarney como presidente que o Mercosul teve início.



ESTRATÉGIA. Para Mercadante, unidade favorece interesse regional

Jefferson apóia recesso e critica ajuda de custo

O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), defendeu a manutenção do recesso parlamentar de julho, mas condenou o pagamento de ajuda de custo por ocasião das convocações extraordinárias. A opinião, expressa ontem em Plenário,

foi uma “resposta pública” a pedido de apoio a anteprojeto de proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), para suprimir o recesso nesse período.

Para Jefferson, essa proposta foi motivada pelo anúncio de convocação extraordinária do Congresso, em julho próximo, para votação das reformas tributária e previdenciária. Como os parlamentares sempre recebem ajuda de custo nessas convocações, o senador pelo Amazonas observa que o fato costuma gerar protestos da imprensa e população.

– Não me parece correto o fim do recesso. As atividades parlamentares não podem ser comparadas com outras comuns. Somos agentes do Estado e temos atividades de cunho especial – afirmou. Para aqueles que atuam no Parlamento “em favor do interesse público” e que têm de se dividir entre os trabalhos nas comissões e plenário e as viagens frequentes ao estado, Jefferson sustenta que a atividade é “estressante”.

Em contrapartida, o senador considera “indefensável” o pagamento de duas ajudas de custo durante a convocação.



INTERCÂMBIO. Ao cumprimentar Rafik Hariri, Sarney prevê nova fase no relacionamento Brasil-Líbano

Sarney recepciona premiê e pede união com Líbano

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou ontem o “trabalho heróico de reconstrução” efetuado pelo governo do Líbano, ao receber, no Salão Nobre, a visita oficial do presidente do Conselho de Ministros daquele país, Rafik Hariri. Sarney acentuou a importância dos laços afetivos que unem os dois povos e defendeu a intensificação das relações bilaterais, comerciais e econômicas, além da realização de novos investimentos.

– A visita toca particularmente o povo brasileiro, pois temos grande participação do povo libanês aqui no Brasil, com mais de 4 milhões de descendentes, que em todos os setores da vida nacional ajudam a construir este país com o seu trabalho e todas as virtudes que trouxeram de suas origens. O minist-

Presidente do Senado destaca que Brasil abriga 4 milhões de descendentes de libaneses

tro Hariri está fazendo no Líbano um grande trabalho, um trabalho heróico de reconstrução daquele povo tão sofrido por tantas guerras.

Sarney previu que a visita vai abrir nova fase do relacionamento bilateral e melhorar o intercâmbio – que já é grande na parte cultural e sentimental – também na parte econômica.

– Nossas relações com o Líbano precisam melhorar, e eu acho que isso só depende de que a situação no Oriente Médio se regularize – destacou o presidente do Senado.

O primeiro-ministro fez uma avaliação semelhante à de Sarney e disse que “nossas relações humanas e culturais estão acima das econômicas e comerciais, mas podem melhorar muito”.

Para o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), “a interação entre Brasil e Líbano é histórica e a população de descendentes no Brasil é quase igual à de Beirute, mas queremos que a interação econômica alcance o mesmo índice da que vem do coração”.

Também cumprimentaram o primeiro-ministro libanês Rafik Hariri os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Pedro Simon (PMDB-RS), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Marcelo Crivella (PL-RJ), além dos deputados Jamil Murad (PC do B-SP) e Ricardo Izar (PTB-SP).

Renan saúda prêmio à luta contra a Aids

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) comemorou ontem o Prêmio Gates de Saúde Global 2003, concedido pela Fundação Bill & Melinda Gates, na semana passada, ao programa brasileiro de combate à Aids. O valor do prêmio (US\$ 1 milhão), embora significativo e importante para continuidade dos trabalhos, “é o de menos”, disse o senador. Para ele, o que merece destaque é o fato de a Organização Mundial da Saúde (OMS) estar cada vez mais favorável à adoção da proposta brasileira de quebra de patentes dos remédios usados no combate ao HIV.

Renan destacou também a escolha, entre 159 especialistas de todo o mundo, do médico mineiro Marco Antônio Vitória para coordenar, na Suíça, o programa da OMS de expansão do tratamento da Aids. O senador afirmou que, embora jovem, o médico brasileiro é experiente na matéria, pois coordenou o programa em Minas Gerais e no governo federal.

A meta do médico brasileiro, disse o senador, é elevar o número de pessoas em tratamento contra a Aids, nos países em desenvolvimento, das atuais 300 mil para 3 milhões até 2005. Marco Antônio Vitória acredita que a experiência brasileira servirá de inspiração para frear a epidemia de Aids. Também alerta para a possibilidade catastrófica do desaparecimento de nações africanas por causa da doença.



Renan: quebra de patentes ganha força

Roosevelt Pinheiro



Jefferson rejeita pagamento por convocação

José Cruz

Célio Azevedo

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Heráclito Fortes